Parte 2 - Pesquisa qualitativa: aplicações nos estudos rurais

O trabalho de campo em geografia: por uma perspectiva participante de investigação científica

Murilo Mendonça Oliveira de Souza
Vera Lúcia Salazar Pessôa

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SOUZA, M.M.O., and PESSÔA, V.L.S. O trabalho de campo em geografia: por uma perspectiva participante de investigação científica. In: MARAFON, G.J., RAMIRES, J.C.L., RIBEIRO, M.A., and PESSÔA, V.L.S., comps. *Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, pp. 173-190. ISBN 978-85-7511-443-8.
<https://doi.org/10.7476/9788575114438.0011>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

O trabalho de campo em geografia: por uma perspectiva participante de investigação científica

Murilo Mendonça Oliveira de Souza
Vera Lúcia Salazar Pessoa

As questões referentes ao método de interpretação da realidade e à metodologia do trabalho científico têm sido, nas últimas décadas, pouco valorizadas no âmbito das ciências humanas. Especificamente na pesquisa em geografia, raros têm sido os trabalhos em que a reflexão filosófica, os procedimentos metodológicos e as técnicas de investigação recebem tratamento equivalente à importância dada ao resultado do trabalho científico. Consequentemente, essa negligência reflete também na qualidade produtiva de conhecimentos sólidos e úteis para instrumentalizar o desenvolvimento cotidiano das sociedades humanas, diminuindo a *desigualdade entre os mundos sociais*. A utilização da metodologia qualitativa vem sendo equivocadamente relacionada ao descompromisso com o rigor em sua aplicação, ainda que essa forma de abordagem exija cuidadosa disciplina em todas as suas etapas.

Nesse contexto, o presente texto tem como objetivo geral estabelecer um relato teórico-metodológico sobre o trabalho de campo em geografia humana (agrária), buscando apresentar diferentes possibilidades/instrumentos para a investigação científica. Especificamente, propomos discutir a importância da pesquisa exploratória, do recurso da entrevista e da utilização do diário de campo e de fotografias no trabalho acadêmico. O debate aqui disposto resulta das reflexões metodológicas estabelecidas no processo

de elaboração da tese de doutoramento *Luta, territorialização e resistência camponesa no leste rondoniense (1970-2010)*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IG/UFU), em setembro de 2011.

A partir da metodologia utilizada naquele estudo, apresentamos, primeiro, uma discussão introdutória sobre o trabalho de campo, trazendo considerações sobre a perspectiva participante de pesquisa. Sequencialmente, dispomos algumas experiências exploratórias vivenciadas no trabalho de campo realizado no estado de Rondônia para a tese. Em seguida, fazemos um debate sobre as possibilidades investigativas do recurso da entrevista. Por fim, apresentamos algumas considerações em torno do uso do diário de campo e da fotografia como instrumentos da pesquisa qualitativa em geografia humana. Esperamos contribuir com a reflexão e com novos elementos para a investigação científica no âmbito da geografia e, destacadamente, da geografia agrária.

Por um trabalho de campo participante: reflexões iniciais

As ciências humanas criaram, historicamente, um largo arcabouço metodológico que se consubstanciou em diferentes procedimentos para analisar a realidade e alcançar a *verdade* científica. Esses procedimentos, no entanto, camuflados por uma suposta neutralidade científica e por uma postura filosófica positivista, alijaram do processo de investigação seus sujeitos. Estes, que foram, por vezes, visualizados como objetos de pesquisa, deveriam ser dissecados para ser, enfim, compreendidos. Também no âmbito da geografia e, mais exatamente, da geografia agrária, o sujeito foi estudado como um objeto a mais do ambiente pesquisado. Essa postura certamente não possibilitou uma análise dialética das contradições presentes no campo ou na cidade e deu margem a interpretações enviesadas da realidade territorial.

A partir da década de 1970, no entanto, em contraposição aos históricos procedimentos positivistas e *neutros* da ciência, foi desenvolvida uma nova forma de pensar e agir na investigação científica, que buscava a participação ativa de seus sujeitos e valorizava sua palavra e a compreensão do mundo em que vivem e convivem (Carvalho e Souza, 2009). Esse movimento de renovação dos procedimentos da pesquisa foi consubstanciado na proposta da pesquisa participante, que, no Brasil, passou a contar com maior visibilidade a partir da publicação, em 1981, do livro também intitulado *Pesquisa participante*, de Carlos Rodrigues Brandão.

O eixo central da proposta participante de investigação pressupõe valorizar o fator educativo, colocando pesquisador e pesquisado como sujeitos de um mesmo processo, ainda que desenvolvam tarefas diferentes, pois pretendem ser um instrumento compartilhado de transformação social. Assim, a pesquisa participante está

caracterizada, de acordo com Oliveira e Oliveira (1999), pela produção de conhecimentos que aumentam a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com os quais trabalhamos, em que o estudo da realidade vivida é matéria-prima e ponto de partida.

Na geografia agrária e na pesquisa sobre as contradições dialéticas do campo brasileiro, os pressupostos da pesquisa participante têm sido recorrentemente utilizados. Sobretudo nos estudos geográficos que têm como base de análise o problema agrário, o procedimento participante tem permitido uma compreensão mais apurada da dinâmica vivida por cada grupo social no campo. Destacadamente nos trabalhos de geógrafos que têm assumido o campesinato como categoria de análise, a postura participante ganhou espaço considerável, pois o papel dialético do camponês no âmbito do modo capitalista de produção somente pode ser compreendido a partir dessa perspectiva. As considerações elaboradas a respeito do trabalho de campo por Paulino revelam o tipo de inserção da qual falamos:

Durante cinco meses, perambulei quase diariamente pela área de estudo, sem que, das 292 famílias visitadas, uma sequer tivesse fechado suas portas. Pude acompanhar a lida na lavoura, os cuidados com as criações; em suas casas, fiz as refeições e frutos de seu trabalho me foram doados em profusão. Seu modo de vida, suas atitudes, seus sonhos e suas lutas me proporcionaram um novo encontro com a utopia (2006, p. 26).

O resgate dessa utopia é permitido apenas pela participação do pesquisador no cotidiano do pesquisado e do pesquisado na investigação do pesquisador. A partir dessa ideia, a pesquisa participante possibilita, como destacaram Carvalho e Souza (2009), que o pesquisador participe, como cientista, da discussão sobre a luta pela terra, das relações capitalistas de produção no campo e de todas as contradições encerradas no território estudado. Buscamos, aqui, transpor o caráter participativo para o trabalho de campo, pois entendemos que é no campo, principalmente, que o procedimento participante revela seu maior valor.

Kayser nos diz que “qualquer um que deseje conhecer um fenômeno só poderá ter sucesso se entrar em contato com ele, ou seja, vivê-lo (praticá-lo) dentro do próprio meio desse fenômeno” (2006, p. 94). Essa ideia expressa muito bem a importância do trabalho de campo para a realização científica e, especialmente, para a investigação geográfica. Mais que isso, em geografia humana, a pesquisa participante nos convoca a uma reavaliação de nossa postura frente à realidade territorial pesquisada, frente aos homens e mulheres *objetos*, quando não *vítimas*, do trabalho acadêmico.

O pesquisador, por vezes, realiza o trabalho de campo como quem vai ao dentista, ou seja, quanto mais rápido e com menor sofrimento terminar, melhor. Essa postura não responde à imersão participante que o trabalho científico em geografia humana exige. Na realidade, os problemas para os quais buscamos respostas são essencialmente complexos. O território é resultado de contradições histórico-sociais que precisam ser desvendadas, e, por isso, a inserção do pesquisador no campo deve levar em conta, também, tais contradições. Na linha desse raciocínio, Suertegaray (2002) resume bem o significado que o trabalho de campo deve assumir para o geógrafo:

A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Essa interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais, agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (p. 66).

Logo, o trabalho de campo deve ser considerado, acima de tudo, um processo, e não uma simples busca por informações e dados sobre a realidade que se deseja investigar. As contradições encerradas em cada território não serão prontamente reveladas nas respostas e nos dados coletados; serão reveladas apenas por meio de uma aproximação com a complexidade territorial, o que requer uma vivência partilhada com os sujeitos da pesquisa em seu próprio terreno. Esta é a forma segundo a qual entendemos ser apropriada a inserção no território investigado. Devemos, portanto, trazer conosco não só os fatores subjetivos de nossa formação pessoal e política, como também a base teórica que direciona a pesquisa, buscando imergir no contraditório contexto representado por cada território.

No caso específico de nosso trabalho de campo para o doutorado, além da vivência no contexto social, político e produtivo das áreas de assentamentos pesquisadas, participamos de encontros dos movimentos sociais e das entidades de apoio à luta pela terra, escrevemos para jornais informativos, participamos de debates em programas locais de rádio, colaboramos em cursos de formação política e técnica e, mais que tudo, aprendemos, a todo momento, com a partilha da luta cotidiana dos camponeses rondonienses.

Essa forma preliminar de imersão no trabalho de campo foi o que denominamos *pesquisa participante exploratória*. Sobre essa ideia, de desvendamento das características

gerais do espaço pesquisado, traçaremos algumas reflexões a seguir. Ao mesmo tempo, apresentaremos algumas experiências vividas em tal processo, as quais, certamente, forneceram a primeira imagem sociocultural e política do território estudado e permitiram maior eficácia da pesquisa nos acampamentos e assentamentos rurais que compuseram a área de pesquisa específica da tese.

Pesquisa participante exploratória: desvendando o território

A primeira das intervenções em campo, que denominamos *pesquisa participante exploratória*, pautou-se na necessidade de compreensão mais ampla do movimento territorial do estado de Rondônia e na importância de se acessarem informações secundárias sobre a dinâmica territorial. Por isso, realizamos, na verdade, uma travessia pelo estado. Nessa travessia, estivemos em diversos lugares e dialogamos com homens e mulheres que produzem, cotidianamente, o espaço agrário rondoniense. Antigos soldados da borracha, garimpeiros, madeireiros, quilombolas, colonos, ribeirinhos, assentados e acampados, entre outros, revelaram-nos uma primeira versão do território rondoniense. Foi também no âmbito dessa inserção que coletamos informações e dados secundários de interesse para a pesquisa.

Para esclarecermos essa intervenção, em primeiro lugar, é importante destacarmos nosso entendimento sobre a pesquisa exploratória, a pesquisa participante e o porquê da junção desses termos. Assim, quanto à pesquisa exploratória, buscamos nos aproximar da definição estabelecida por Gil:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente, envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Muitas vezes, as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla e [...] o produto final desse processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados (1999, p. 43).

Foi exatamente no sentido de desenvolver mais solidamente nossas questões de pesquisa que buscamos apoio em uma investigação exploratória a princípio. Por outro lado, denominamo-la *exploratória participante* em decorrência do tipo de intervenção

investigativa sobre a realidade que consideramos mais acertada para a investigação científica, ou seja, um instrumento compartilhado de transformação social.

Nesse sentido, a postura do pesquisador deve assumir uma espécie de consciência de *funcionário da sociedade*, entendendo-se que este está ali como aliado do povo, armado de conhecimentos científicos e querendo uni-los ao posicionamento mais prático e social possível; enxergando-se pesquisador e pesquisados como sujeitos de um mesmo trabalho comum, embora desenvolvam situações e tarefas diferentes. O pesquisador pretende ser um instrumento a somar de reconquista popular (Brandão, 1999).

De forma geral, o que buscamos fazer nessa *pesquisa participante exploratória* foi, parafraseando Kayser (2006), passear tranquilamente, impregnar-nos da atmosfera social, procurando distinguir, em conversações informais, as contradições que cada realidade territorial encerra. Esses momentos foram relevantes para que pudéssemos captar, no espaço e no tempo, a dinâmica social, econômica e política do estado. Com relação à organização do espaço agrário, colecionamos informações variadas que, posteriormente, foram bastante relevantes para que compreendêssemos a luta pela terra e a territorialização dos assentamentos rurais na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, nossa área de pesquisa no processo de elaboração da tese.

Na impossibilidade de relatar integralmente essa imersão exploratória em campo, selecionamos algumas experiências entendidas como mais relevantes na produção de elementos para nossa pesquisa, basicamente em função de representarem um encontro com as diferentes *camadas da terra*, ou seja, com os diferenciados grupos camponeses historicamente territorializados em Rondônia. São elas: visita à Reserva Indígena Rio Branco; viagem às margens da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré; e, por fim, colaboração em curso sobre agroecologia no Projeto de Assentamento Flor do Amazonas.

A visita à Reserva Indígena Rio Branco, em outubro de 2009, colocou-nos em contato com uma realidade sobre a qual não tínhamos, até então, um conhecimento concreto. Por isso, essa experiência representou um momento de *estranhamento*, mas, certamente, foi bastante enriquecedora para o processo de compreensão da situação indígena do território rondoniense. De acordo com levantamento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2010), essa reserva, homologada em 1986, abrange uma área de 236 mil hectares, onde vive uma população aproximada de 680 pessoas. A maior parte dos moradores da reserva é composta por representantes dos povos Tupari e Makurap. Com esses grupos, partilhamos, em companhia de agentes da Pastoral Fluvial, duas semanas, divididas entre diferentes aldeias.

Nossa primeira observação refere-se à noção de tempo nessas comunidades. À primeira vista, pressupõe-se que o ritmo de vida é comandado pelo *tempo do rio*, muito diferente do *tempo da estrada*, com o qual estamos acostumados. No entanto, não demoramos a perceber que, no espaço da reserva, o tempo da estrada já alcançou

o tempo do rio e, gradativamente, um está transformando o outro. É certo, contudo, que as práticas *civilizadas* do *homem branco* afetam em maior amplitude o modo de vida indígena.

A organização política, social e produtiva desses povos está baseada em graus de parentesco e na lógica da reciprocidade. Estão organizados em pequenas aldeias em que vivem, em média, de três a cinco famílias. Cada grupo familiar escolhe uma área, invariavelmente às margens de algum rio, e nela produz sua existência durante algum tempo. A terra está ligada à necessidade de sobrevivência do grupo. Nesse ambiente, assim como na reserva de forma ampla, a agricultura é guiada pela produção coletiva de alimentos para autoconsumo, conectada à comercialização esporádica de farinha e alguns produtos extrativos. Em algumas exceções, observamos a criação de gado de corte, ainda que em pequena quantidade e utilizada para consumo próprio.

Também foi interessante fazer um exercício comparativo entre o modo de vida desses grupos indígenas e o característico das comunidades camponesas tradicionais. Muitos elementos sociais e produtivos podem ser equiparados. A organização com base no parentesco e na reciprocidade é característica de sociedades camponesas em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Na agricultura, é fácil visualizar as aproximações não somente com relação aos produtos, como também no que se refere às técnicas agrícolas. O campesinato territorializado em Rondônia, mesmo aquele vindo do Sul, adotou progressivamente elementos da agricultura indígena.

Outra questão que aproxima (mas às vezes distancia) índios e camponeses refere-se à pressão de grileiros. Em diálogos com lideranças indígenas, entendemos a amplitude histórica do avanço capitalista sobre as áreas de sua reserva no estado. Além da ação dos madeireiros, as terras dessa reserva foram recorrentemente invadidas por latifundiários. E, muitas vezes, grandes grileiros reúnem camponeses sem-terra desmobilizados para que seu *grilo* seja socialmente legitimado, permitindo, posteriormente, a negociação da área invadida com o Estado. Essa é uma realidade histórica, mas que ainda persiste. Enquanto estávamos realizando o trabalho de campo, ocorreram pelo menos duas invasões de reservas indígenas em Rondônia.

Nossa segunda experiência refere-se a uma viagem pela história da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Durante uma semana, em fevereiro de 2009, acompanhamos de carro os antigos trilhos e estações da ferrovia, observando as transformações da paisagem e dialogando informalmente com antigos e novos moradores das vilas constituídas ao redor das estações. Partimos de Porto Velho, onde a antiga estação está em processo de revitalização, e seguimos para Guajará-Mirim. Além desses pontos de partida e chegada, passamos por três antigas estações da ferrovia: Jaci-Paraná, Mutum-Paraná e Iata. Com o fim da ferrovia, cada um desses locais assumiu características específicas.

No distrito de Jaci-Paraná, distante 75 km de Porto Velho, passamos apenas algumas horas. O vale do Rio Jaci-Paraná, como dizem os antigos moradores, foi um dos principais produtores de borracha de Rondônia. Especialmente no período da Segunda Grande Guerra, o distrito (e a estação) passou (passaram) por períodos bastante movimentados. A produção proveniente de diversas colocações do vale do Jaci-Paraná chegava de tempos em tempos para ser enviada pela ferrovia para Porto Velho. Com o esfriamento da produção de látex e o fim da ferrovia, as pessoas que permaneceram no distrito passaram a viver do garimpo, da pesca artesanal e de atividades camponesas.

Em Mutum-Paraná, passamos um dia todo observando e conversando com moradores. Esse distrito, com uma população de não mais que seiscentos habitantes, viveu basicamente o mesmo processo que o distrito anterior. No vale do Rio Mutum-Paraná, foi disponibilizado grande número de colocações para seringueiros provenientes, em sua maioria, dos estados do Nordeste brasileiro. Em um dos diálogos, conversamos, em um bar instalado na estrutura de uma antiga ponte da ferrovia, com o filho de um antigo soldado da borracha. Ele falou do tempo do trem e do período em que a rodovia foi construída. Da mesma forma como aconteceu com Jaci-Paraná, os moradores da localidade passaram a viver da agricultura camponesa e, principalmente, da pesca e do garimpo. Os dois distritos têm ainda em comum o fato de que, em parte ou totalmente, sua comunidade será *afogada* pelas usinas em construção no vale do Rio Madeira. Serão submersos não somente os trilhos da antiga “ferrovia do diabo”, como também a história de luta do povo da região.

Passamos ainda um dia na antiga Colônia Agrícola do Iata. Antiga estação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, o Iata representa atualmente um distrito do município de Guajará-Mirim. Ali ainda vivem filhos e netos de colonos cearenses que foram tangidos para lá durante a segunda metade da década de 1940. Os mais velhos se lembram, ainda, da alta produção de arroz, farinha e feijão transportada pela ferrovia até Porto Velho ou Guajará-Mirim. Essa foi uma das colônias agrícolas criadas para garantir a produção de alimentos para as atividades garimpeiras e, principalmente, o controle sobre as áreas de fronteira. Ainda estão de pé antigas estruturas que deram vida à colônia até 1972, quando a ferrovia interrompeu, definitivamente, sua atividade. A colônia ficou fora da rota por que passa a estrada que ligou Porto Velho e Guajará-Mirim, o que fez as atividades agrícolas diminuírem consideravelmente.

Do Iata, seguimos para Guajará-Mirim, onde passamos alguns dias. A cidade foi, até a década de 1970, um grande entreposto para mercadorias da floresta, especialmente borracha e castanha. Em Rondônia, essa cidade foi o grande centro que congregava a produção seringueira. Em Guajará-Mirim, estavam estabelecidas as principais empresas negociadoras da borracha. Esse posto lhe rendeu um intenso processo de desenvolvimento durante certo tempo, mas, atualmente (2009), vive de uma esparsa

atividade extrativa e do turismo comercial, por ser área de fronteira com a Bolívia. O município, contudo, é representativo quanto à preservação ambiental, pois tem quase 90% de seu território coberto por floresta nativa. Foram criadas, nessa região, algumas reservas extrativistas (RESEX) onde vivem antigos soldados da borracha, seus filhos e netos. Essas famílias representam parte do campesinato formado no estado. No entanto, as comunidades extrativistas, como nos relatou um antigo soldado da borracha, têm sofrido constantes investidas de grileiros.

Por fim, a terceira e última experiência a ser relatada refere-se à colaboração em um curso de agroecologia e meio ambiente, realizado no Projeto de Assentamento Flor do Amazonas, no município de Candeias do Jamari. Esse assentamento está instalado em antiga área de exploração florestal e preserva a maior parte de sua cobertura natural. Foram assentadas na área, em 2008, mais de trezentas famílias. A área está, porém, em um ambiente no qual apenas 20% de cada lote podem ser legalmente desmatados. No entanto, as famílias assentadas são de migrantes sulistas, que vieram para o estado em diferentes momentos. Ou seja, foram assentados em uma área em que o lote deve ficar quase totalmente na mata, mas possuem uma cultura camponesa que ainda não aprendeu a viver dela.

Objetivando instrumentalizar o debate sobre alternativas produtivas e organizacionais, juntamente com os agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), colaboramos em um curso de agroecologia e meio ambiente para um grupo de trinta famílias assentadas. Em dois dias de curso, um para preparação e outro para aplicação, foi possível dialogar com algumas famílias assentadas e compreender algumas questões práticas que dificultam sua estruturação e permanência na área do assentamento. Os principais problemas levantados referem-se à dificuldade de sobreviver em um ambiente majoritariamente florestal. Muitos já desmataram mais do que o permitido pela legislação para a região, na tentativa de adaptar o ambiente a seus conhecimentos produtivos. Outros já pensam em negociar suas parcelas, *pela impossibilidade de sobreviver a partir da mata*, e comprar áreas menores em outras regiões, onde a exigência de reserva legal seja menor. Trata-se de um conflito que está na ordem do dia em toda a região amazônica: como produzir sem destruir irreversivelmente o ambiente? As reflexões compartilhadas com esses camponeses nos forneceram, ao mesmo tempo, outros questionamentos e elementos para pensar a luta pela terra e a territorialização dos assentamentos rurais na área de estudo.

Tanto as experiências aqui relatadas quanto todo o período vivenciado em campo foram bastante importantes para o desenvolvimento da pesquisa para a tese de doutoramento. A experiência exploratória no campo contribuiu para amadurecer nossa compreensão também da área específica de estudo. As informações orais, os documentos e os dados acessados foram imprescindíveis para que pudéssemos construir uma imagem

generalizante sobre a questão da terra no estado. Ao mesmo tempo, aproximamo-nos um pouco mais da luta cotidiana de camponeses inseridos nas mais diversas perspectivas do território rondoniense. Isso nos permitiu realizar um exercício comparativo importante para a análise da luta pela terra e territorialização dos assentamentos rurais na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, para a qual utilizamos principalmente as entrevistas, discutidas na próxima seção.

Analisando o território com o recurso da entrevista: a pesquisa direta em acampamentos e assentamentos

A partir da atividade exploratória, congregando também as informações levantadas e as reflexões teóricas precedentes, estabelecemos as principais diretrizes para o levantamento de dados, realizado diretamente nos assentamentos e acampamentos da Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense. É preciso ressaltar, entretanto, como diz Kayser, que, “se esse levantamento deseja atingir o cerne da realidade para coletar elementos necessários à análise e à explicação, deverá penetrar nas forças e nas relações de produção, explorar os níveis ideológicos, político e cultural da dinâmica social” (2006, p. 96). Essa foi, de forma geral, a postura construída durante o período de investigação direta nas áreas pesquisadas.

Entendemos, assim, que a compreensão da luta pela terra e da territorialização dos assentamentos rurais após o processo de redemocratização do país necessitava de uma imersão mais focalizada e profunda, o que foi possibilitado pela realização de entrevistas semiestruturadas, entrevistas com informantes-chave e história oral. De acordo com as exigências da investigação proposta, esses três instrumentos metodológicos se complementaram em uma busca pela dinâmica social, política, econômica, cultural e ambiental dos acampamentos e assentamentos pesquisados.

Alguns cuidados foram tomados para que a entrevista representasse, de fato, um instrumento útil à pesquisa proposta. O primeiro deles foi a gravação das entrevistas, fator que permitiu alcançar maior qualidade tanto do processo quanto do resultado. As entrevistas com informantes-chave e as histórias orais foram todas gravadas e as entrevistas semiestruturadas o foram parcialmente. Em alguns casos específicos, não foi possível utilizar o gravador, em virtude da recusa do entrevistado ou da incompatibilidade do gravador com o ambiente. Mas, de forma geral, o processo de gravação possibilitou o acesso a larga quantidade de informações, muitas delas presentes nas entrelinhas dos diálogos.

Além disso, optamos por não controlar rigidamente a fala do entrevistado a partir da estrutura preestabelecida do roteiro. Algumas entrevistas foram realizadas em movimento, enquanto observávamos o terreno, a plantação ou os animais do entrevistado.

Em outros momentos, foram realizadas após reuniões de cooperativas, associações ou grupos produtivos. Destacamos, ainda, que algumas das entrevistas com informantes-chave foram realizadas de forma coletiva, com grupos.

Além das entrevistas com informantes-chave e das semiestruturadas, utilizamos, em algumas ocasiões, a história oral, a fim de captar significados mais amplos da luta pela terra e da territorialização camponesa na mesorregião estudada. No que se refere à história oral, entendemos, acompanhando a colocação de Freitas, que “existem ainda dificuldades no sentido de circunscrever, mais precisamente, os liames e particularidades dessa metodologia de trabalho” (2002, p. 15). Diversas têm sido as conceituações dispensadas à metodologia e, por isso, seu uso requer maior atenção.

Freitas (2002, p. 18), por exemplo, a conceitua da seguinte forma: “História oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana”. Essa autora ainda subdivide a história oral em três gêneros distintos: a tradição oral, a história de vida e a história temática. A tradição oral seria o testemunho transmitido verbalmente entre gerações. Na história de vida, seria feita a reconstituição do passado pelo próprio indivíduo, sobre o próprio indivíduo, podendo abranger a totalidade existencial do informante. A história oral temática, por sua vez, tem caráter de depoimento e não abrange necessariamente a existência total do entrevistado.

Também no sentido de esclarecer as diferentes interpretações que a história oral encerra, Meihy destaca algumas definições dessa metodologia. De forma geral, ressalta que “história oral é um processo sistêmico de uso de depoimentos gravados, vertidos do oral para o escrito, com o fim de promover o registro e o uso de entrevistas” (2005, p. 18). Ao mesmo tempo, o autor procura diferenciar a história oral de outras metodologias/técnicas, como a oralidade, que seria uma manifestação espontânea, sem intenção de registro, e a fonte oral, que representaria somente “fonte” por ter sido registrada mecanicamente.

Nesse contexto, entendemos que a história oral compreende uma metodologia mais ampla que engloba em seu arcabouço diferentes técnicas de pesquisa. Seu uso permite não somente o registro mecânico da história, mas também a realização de entrevistas qualificadas com informantes importantes para a investigação pretendida. A utilização da história oral fornece um novo caráter para a construção dos trabalhos acadêmicos, pois valoriza o depoimento dos sujeitos da investigação:

A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nessa medida, a história oral não só oferece uma mudança do conceito de história, mas, mais do que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores, que passam

a entender a sequência histórica e a se sentir parte do contexto em que vivem (Meihy, 2005, p. 19).

Entendemos a história oral como uma metodologia de apreensão ampla do passado, pelo qual este tem uma continuidade na atualidade. As entrevistas realizadas não estiveram restritas à vida da pessoa, mas representariam o contexto sócio-histórico de convivência. A partir dessa concepção, utilizamos a história oral com dois acampados e três assentados e com três informantes importantes para a compreensão da questão agrária, sendo estes: uma das lideranças do acampamento em que ocorreu o Massacre de Corumbiara, Sr. Cícero; o ex-coordenador da Associação dos Seringueiros de Rondônia, Sr. José Maria; e um ex-seringueiro de Ariquemes, Sr. Anésio. Destacamos que, no caso específico de nossa investigação, utilizamos essa metodologia para acessar informações que consolidassem e/ou confirmassem o contexto geral visualizado a partir da pesquisa. Realizamos, no total, oito entrevistas enquadradas nos preceitos metodológicos da história oral.

O objetivo principal com o trabalho de campo nos acampamentos e assentamentos, por meio das diferentes formas de entrevista, foi buscar elementos empíricos da experiência dos sujeitos da pesquisa com relação ao atual processo de luta, pela terra e na terra, na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, em especial aquela organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). As áreas pesquisadas foram dois acampamentos e três assentamentos ligados ao MST, que compunham, conjuntamente, um universo de 870 famílias camponesas, sendo 364 acampadas e 506 assentadas: os acampamentos Silvio Rodrigues (180 famílias) e Che (184 famílias), os projetos de assentamento 25 de Julho (280 famílias), Padre Ezequiel (200 famílias) e 14 de Agosto II (26 famílias).

Inicialmente, quanto aos acampamentos selecionados para nossa investigação, destacamos que eles são as únicas áreas atualmente ocupadas pelo MST Rondônia. Os demais acampamentos foram desfeitos e as famílias, transferidas para essas duas áreas. Nas áreas de acampamento, realizamos apenas entrevistas com informantes-chave e história oral, sem preocupação com o estabelecimento de um perfil numérico determinado.

No Acampamento Silvio Rodrigues, no município de Alvorada do Oeste, entrevistamos oito pessoas, entre camponeses acampados, integrantes de equipes organizacionais internas e coordenadores do acampamento. Ouvimos histórias e, principalmente, relatos sobre a situação da luta pela terra das famílias acampadas. Focalizamos as informações sobre a caminhada das famílias que integram o acampamento, ou seja, queríamos entender que processo de vida contribuiu para a formação deste. Também

buscamos informações e reflexões sobre a organização atual e as perspectivas para o assentamento das famílias.

No Acampamento Che, localizado no município de Alto Alegre dos Parecis, onde estão acampadas 184 famílias, realizamos dois tipos de entrevista. Considerando que esse acampamento é resultado da união de outros três grupos de acampados, optamos por realizar entrevistas com informantes-chave de cada um dos acampamentos que hoje o compõem. Assim, fizemos quatro entrevistas-chave com grupos compostos por três a oito pessoas. Cada grupo relatou o processo de formação do acampamento de origem, assim como sua história de luta pela terra. Além das entrevistas coletivas, realizamos entrevistas com mais dez produtores acampados, com os quais buscamos dialogar sobre sua trajetória de vida e sua inserção no MST e no processo de luta pela terra.

Quanto aos três projetos de assentamento selecionados para a pesquisa, sua escolha seguiu uma perspectiva ao mesmo tempo espacial e temporal. Procuramos determinar assentamentos que representassem, especialmente, diferentes dinâmicas de inserção regional e local, o que fortalece a discussão sobre a territorialização camponesa na mesorregião estudada, visto que estão localizados em regiões em que a luta contra o latifúndio ocorreu em seu espaço privilegiado. Temporalmente, selecionamos assentamentos implantados com diferença de, aproximadamente, uma década. Certamente, isso nos passou um retrato da luta pela terra e da territorialização dos assentamentos em cada momento histórico englobado pela pesquisa.

O primeiro assentamento em que realizamos a pesquisa foi o 25 de Julho, localizado no município de Espigão do Oeste, com 302 parcelas, mas com somente 280 famílias assentadas atualmente. Esse assentamento, instalado em 1990, representa a consolidação da luta do MST no estado, pois foi a conquista inicial do movimento. Entrevistamos 35 pessoas nessa área, focalizando as questões organizativas e produtivas, e algumas lideranças que participaram da formação do MST rondoniense, como o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espigão do Oeste, que fez parte da conquista do assentamento desde a primeira ocupação. Além das entrevistas semiestruturadas, foram relevantes também as informações acessadas em momentos informais, como reuniões, festas, atividades produtivas, entre outros.

No projeto de assentamento Padre Ezequiel, criado em 2001 e onde estão assentadas duzentas famílias, entrevistamos 33 pessoas. Implantado durante o governo Fernando Henrique Cardoso, está situado no município de Mirante da Serra e é fruto de um processo de luta bastante intenso. A organização espacial dessa área valoriza a comunidade local, pois cada gleba (conjunto regional de parcelas) está voltada a uma área social, onde escolas, unidades de saúde, cooperativas, igrejas, entre outras estruturas comunitárias, estão normalmente situadas. Nesse sentido, buscamos organizar as

entrevistas a partir de cada gleba do assentamento, valorizando essa forma de distribuição político-espacial.

No projeto de assentamento 14 de Agosto II, criado no município de Ariquemes em 2009, ocorreu um processo diferenciado de parcelamento. Entre as 26 famílias acampadas no período de sua criação, algumas optaram pela organização coletiva, enquanto outras, pela parcela individual. Assim, vinte famílias estão em uma área única, utilizada de forma coletiva, e as outras seis, em lotes individuais. Por isso, entrevistamos famílias que optaram pelas duas diferentes formas de organização territorial. Realizamos três entrevistas com aquelas famílias que foram assentadas em lotes individuais e oito com as inseridas na proposta coletiva de parcelamento.

Fizemos 22 entrevistas nos acampamentos e 79 nas três áreas de assentamento, o que totalizou 101 entrevistas. Especificamente nos assentamentos, a população total congrega 506 famílias, das quais entrevistamos um perfil de 15,6%, considerado representativo para os elementos que objetivamos estudar. Lembramos que exploramos esses dados, principalmente, de forma qualitativa. As informações coletadas por meio dos roteiros de entrevista semiestruturados foram organizadas e utilizadas de acordo com as exigências do trabalho. As entrevistas de história oral e/ou com informantes-chave foram transcritas e utilizadas na composição do texto da tese. As informações coletadas a partir das entrevistas foram complementadas com dados registrados no diário de campo.

O diário de campo e o uso da fotografia: imagens, anotações e reflexões

As percepções e observações do pesquisador durante o período em que está no campo são extremamente relevantes para a instrumentalização de sua investigação. Juntamente com essas percepções, grande quantidade de informações que poderiam apoiar a construção do trabalho acadêmico é, não raramente, perdida pela simples falta de anotação. Daí a importância da utilização de um diário de campo. Exatamente no sentido de potencializar as informações obtidas em campo, procuramos manter um diário com anotações e reflexões sobre as experiências vivenciadas durante a imersão na realidade de camponeses acampados e assentados no território rondoniense.

Os relatos de um diário de campo refletem a forma pela qual o pesquisador recorta o real. E isso não se refere apenas à questão do tema em pauta. Atua aí, além da questão teórico-metodológica, a subjetividade do pesquisador. Tal como um fotógrafo enquadra a cena a partir de sua visão de mundo, o pesquisador capta do real aquilo que seus esquemas mentais assimilam (Lopes et al., 2002, p. 132).

A utilização de um diário de campo, no entanto, deve estar pautada na disciplina e no rigor das anotações. O ideal é que estas sejam realizadas, de fato, diariamente, pois, a cada dia que passa, perdemos a exatidão dos fatos narrados, de acontecimentos ou de ideias/percepções surgidas durante as atividades de campo. Por outro lado, entendemos que, em vários casos, esse rigor torna-se impraticável. Nesse sentido, é importante que as informações sejam relatadas no diário o quanto antes. Durante o dia de atividade em campo, sempre que possível, devemos anotar, ainda que em forma de pequenas frases ou tópicos, as ideias e percepções momentâneas, desde que isso não prejudique o processo de comunicação estabelecido com os sujeitos da pesquisa.

Utilizamos o diário de campo durante a pesquisa realizada nos dois acampamentos e nos três assentamentos que compuseram o objeto dessa investigação científica. Procuramos, a partir desse recurso, tecer anotações mais objetivas, assim como percepções e reflexões a respeito de cada momento vivido em campo e compartilhado com os sujeitos da investigação. Na maioria dos casos, conseguimos anotar algumas questões mais importantes no decorrer do dia e consolidá-las no período da noite. Anotamos relatos de camponeses sem-terra ou assentados resultantes de diálogos informais, realizados em vários momentos do dia, tanto aqueles delimitados pelo trabalho investigativo quanto os que foram fruto de conversas cientificamente despretensiosas.

A partir dessas anotações, inúmeras histórias relevantes para a compreensão da luta pela terra e da territorialização camponesa no território rondoniense foram coletadas. Alguns relatos são únicos, realizados em momentos específicos; por isso, também, a necessidade de registrá-los. Em vários casos, os sujeitos da pesquisa sentem-se mais à vontade em momentos informais de diálogo, troca de informações ou conversas pessoais. Nesses instantes, grande quantidade de informações é disponibilizada, e estas são, muitas vezes, mais relevantes do que aquelas acessadas durante o processo de investigação *stricto sensu*.

Embora compartilhemos com Venturi a posição de que “cada observador é sujeito com experiências, valores, interesses e conhecimentos diferenciados, o que torna cada observação singular” (2005, p. 225) e pode tornar a transcrição do relato, muitas vezes, subjetiva, entendemos, da mesma forma, que o simples fato de registrar tais momentos, relatos, histórias já é, por si só, relevante para a construção do trabalho científico, pois a mera presença do pesquisador no ambiente investigado já causa estranhamentos que fornecem subjetividade ao processo de pesquisa.

Igualmente, compreendemos a importância da utilização de fotografias e de outras imagens na composição do trabalho acadêmico. Segundo Justiniano, “a imagem ilustra e documenta eventos naturais e sociais que ocorrem num determinado tempo e lugar e deve ser acompanhada de outras informações, como localização geográfica, registro de hora e data e relato do fato observado” (2005, p. 187). Por outro lado, é

também importante ressaltar que a utilização da fotografia ou de outras imagens não deve ser tomada apenas como o registro de determinados eventos, mas deve seguir uma perspectiva de comunicação visual. Ou seja, esse recurso não pode ser banalizado; sua inserção no trabalho acadêmico deve ter relevância para a consolidação da ideia ou do fato tratado textualmente.

A partir da compreensão a respeito da utilização de fotos e imagens, destacamos que as utilizamos em nossa tese apenas na medida necessária para fortalecer uma questão tratada textualmente, ou para revelar elementos não passíveis de ser totalmente percebidos somente pelo texto. Portanto, esperamos que tais fotografias possam cumprir função esclarecedora e complementar na explicação das concepções desenvolvidas no trabalho científico (foto 1).

Foto 1 – Três cercas de um latifúndio. Fazenda Rio Ricardo Franco, Acampamento Silvio Rodrigues, Alvorada do Oeste/RO, 2009

Todos os recursos apresentados tiveram como objetivo central revelar a luta pela terra e o processo de territorialização camponesa na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense. Destacamos, todavia, que todo o processo investigativo aqui apresentado seguiu uma perspectiva participante de pesquisa, que buscou compartilhar cada momento de coleta de informações com os sujeitos envolvidos na investigação.

Considerações finais

A pesquisa em ciências humanas e, destacadamente, em geografia esteve pautada, historicamente, em métodos e metodologias pouco conectados à realidade concreta dos sujeitos investigados. Estes foram constantemente tratados como objetos a serem perscrutados e cientificamente explicados. Uma infinidade de instrumentos metodológicos, quantitativos e qualitativos, foi desenvolvida, mas pouco foi transformado na relação do pesquisador com a realidade e com os sujeitos pesquisados. O foco da pesquisa ainda tem sido direcionado mais aos instrumentos metodológicos do que propriamente à perspectiva de intervenção na realidade pesquisada.

Por outro lado, entendemos que os instrumentos metodológicos somente têm valor se utilizados a partir de uma proposta que possa prever qualquer mudança social. Nesse sentido, a pesquisa participante pode cumprir um papel relevante. Essa forma de imersão na realidade investigada possibilita um processo de pesquisa socialmente mais construtivo e, portanto, os resultados assumem maior validade explicativa. A partir de uma perspectiva participante, compreendemos também que os instrumentos metodológicos podem ser tratados com maior profundidade e de forma mais disciplinada.

A partir desse contexto, o trabalho de campo aqui relatado permitiu, além da coleta de informações, o estabelecimento de um processo de reflexão durante a pesquisa, o que possibilitou a discussão sobre os problemas vivenciados cotidianamente pelos sujeitos investigados. Assim, a pesquisa exploratória participante, as entrevistas, em suas diferentes formas, e os dados acessados pelo diário de campo compuseram um arcabouço de informações que proporcionou uma aproximação mais fidedigna da realidade pesquisada; nesse caso, a luta pela terra e os assentamentos rurais do leste rondoniense.

Os instrumentos metodológicos são, portanto, um meio para acessar informações, mas é a perspectiva político-ideológica de imersão no trabalho de campo, sobretudo, que permite a compreensão da realidade pesquisada. Logo, devemos tratar cada instrumento a partir de uma concepção que valorize a participação efetiva dos sujeitos no processo de produção do conhecimento. Somente por meio da produção partilhada do conhecimento, podemos propor ações mais conectadas com a realidade de cada comunidade pesquisada.

Referências

- BRANDÃO, Carlos R. “Pesquisar participar”. In — (org.). *Pesquisa participante*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999, pp. 9-16.
- CARVALHO, Natália D. e SOUZA, Murilo M. O. “A pesquisa participante no contexto da geografia agrária: pressupostos teóricos e possibilidades práticas”. In RAMIRES, Julio C. L. e PESSÔA, Vera L. S. (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 139-62.
- FREITAS, Sônia M. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio. Disponível em <http://www.funai.gov.br>. Acesso em 2010.
- GIL, Antonio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- JUSTINIANO, Eduardo F. “Registro fotográfico”. In VENTURI, Luis A. B. (org.). *Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório*. São Paulo: Oficina de Textos, 2005, pp. 187-95.
- KAYSER, Bernard. “O geógrafo e a pesquisa de campo”. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, jul. 2006, n. 84, pp. 93-104.
- LOPES, Dulcelaine L. et al. “O diário de campo e a memória do pesquisador”. In WHITAKER, Dulce C. A. (org.). *Sociologia rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Wenceslau/São Paulo: Letras à Margem, 2002, pp. 131-4.
- MEIHY, José C. S. B. *Manual de história oral*. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- OLIVEIRA, Rosiska D. e OLIVEIRA, Miguel D. “Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la”. In BRANDÃO, Carlos R. (org.). *Pesquisa participante*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PAULINO, Eliane T. *Por uma geografia dos camponeses*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.
- SUERTEGARAY, Dirce M. A. “Pesquisa de campo em geografia”. *GEOgraphia – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF*, 2002, v. 4, n. 7, pp. 64-8.
- VENTURI, Maria A. “Relato do trabalho de campo”. In VENTURI, Luis A. B. (org.). *Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório*. São Paulo: Oficina de Textos, 2005, pp. 225-32.